

BOLETIM 1450

Brasília (DF), 8 de maio de 2026



28º ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA MOVELEIRA

A 28ª edição do Encontro Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moveleira, tradicional evento anual laboral do setor, foi confirmada e será realizada nos próximos dias 15/16 de julho, no município de Arapongas, interior do Paraná.

Segundo o presidente da CONTRICOM e da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira, as inscrições estarão abertas a partir da segunda quinzena de maio e o link para esse objetivo será divulgado em breve entre os sindicatos do setor.

A previsão é da participação de 150 dirigentes sindicais, representantes das entidades laborais do setor espalhadas em todo país. Em 2025, o encontro reuniu a representação de 74 sindicatos.

CONTRICOM NOS ESTADOS



Reinaldim, presidente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM (1º à dir) juntamente com outros dirigentes da Federação e do SINTRACON de Ponta Grossa (PR)

SINTRACON de Ponta Grossa (PR) renova diretoria

O SINTRACON Ponta Grossa, no estado do Paraná, realizou eleições nos dias 5 e 6 de maio, com o objetivo de renovar a sua diretoria.

O companheiro Richard Fabiano Dias foi reeleito para a próxima gestão.

A FETRACONSPAR coordenou o processo eleitoral e os dirigentes dos sindicatos filiados participaram do processo eleitoral nas obras e fábricas coletando os votos dos associados.

O presidente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira, participou e acompanhou todo processo pessoalmente, juntamente com outros dirigentes da Federação e dos sindicatos filiados.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

71% dos brasileiros apoiam a redução da escala de 6x1 para 5x2

Pesquisa Real Time Big Data indica que, entre os eleitores dos pré-candidatos à presidência, a maioria também aprova a medida

O fim da escala 6x1 tem o apoio de 71% da população brasileira, aponta a pesquisa Real Time Big Data divulgada na terça-feira (5). Os que desaprovam a alteração na escala de trabalho são 26% e outros 6% não souberam ou não responderam.

De acordo com o estudo, existe ampla maioria favorável à aplicação da escala 5x2 também no recorte que considera os eleitores dos pré-candidatos à presidência.

O debate sobre o fim da escala que oferece somente um dia de descanso para grande parte dos trabalhadores tem avançado no Congresso Nacional devido à pressão popular, encabeçada pelo movimento sindical e movimentos sociais.

O governo Lula, além de enviar a proposta de projeto de lei que põe fim à escala e reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, lançou nesta semana uma campanha midiática para elucidar a população sobre a importância da aprovação do tema.

Apoio é majoritário entre eleitores de todos os pré-candidatos - Entre os eleitores de Lula (PT), o apoio é maior pelo fim da escala 6x1: 84% aprovam uma escala com dois dias de descanso, 14% desaprovam e 2% não souberam responder ou não responderam.



Já entre os eleitores de Flávio Bolsonaro (PL), 59% são a favor, 30% contra e 11% não souberam responder ou não responderam. Entre os apoiadores de Ronaldo Caiado (PSD), 66% aprovam, 25% desaprovam e 9% não se manifestaram.

No eleitorado de Ciro Gomes (PSDB), são 68% os que querem o fim da escala 6x1, contra 26% que não querem e 6% que não souberam responder. No segmento que declara voto em Romeu Zema (Novo), 52% aprovam a medida, 45% são contrários e 3% não souberam opinar. Entre os eleitores de Renan Santos (Missão), 56% apoiam o tema, 43% se posicionam contrariamente e 1% ficou em cima do muro ou não se manifestou.

O levantamento ouviu 2 mil eleitores de todo o país entre os dias 2 e 4 de maio. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança da pesquisa é de 95%. O registro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é BR-03627/2026.

Fonte: Portal Vermelho



Redução da jornada na Europa não afetou PIB nem nível de emprego

Um estudo publicado pelo IZA@LISER Network (antigo Institute of Labor Economics) traz evidências sólidas para o debate global sobre a jornada de trabalho. A pesquisa analisou reformas de redução de horas semanais em cinco países europeus entre os anos de 1995 e 2007, concluindo que a diminuição do tempo de serviço não gerou queda significativa no Produto Interno Bruto (PIB) nem afetou negativamente o nível de emprego nas nações observadas.

Intitulado “The Employment Effects of Working Time Reductions: Sector-Level Evidence from European Reforms”, o artigo científico é assinado pelos pesquisadores Cyprien Batut, da Paris School of Economics; Andrea Garnero, ligado à OCDE e ao IZA; e Alessandro Tondini, do FBK-IRVAPP. O levantamento utilizou dados setoriais do EU KLEMS e da European Labour Force Survey para medir os impactos reais das mudanças legislativas.

Impacto setorial - Os autores examinaram reformas nacionais que reduziram a jornada padrão em diferentes contextos: na França, de 39h para 35h; em Portugal, de 44h para 40h; na Itália, de 48h para 40h; na Bélgica, de 40h para 38h; e na Eslovênia, de 42h para 40h. A metodologia comparou setores com maior proporção de trabalhadores acima do novo limite de horas com aqueles menos afetados pelas novas regras.

Os resultados mostram que o número de horas trabalhadas caiu significativamente nos setores mais expostos, variando entre 1,3% e 6%. No entanto, ao contrário do que argumentam setores conservadores, não houve perda de postos de trabalho. O documento afirma que os resultados não apoiam a visão de que reformas na jornada

padrão, que mantêm os salários mensais e semanais, tenham efeito negativo sobre o emprego.

Produto Interno Bruto - Quanto ao PIB e ao valor adicionado setorial, o estudo aponta que o impacto foi insignificante do ponto de vista estatístico. Durante o período analisado, os países registraram crescimento econômico robusto, e a economia foi capaz de absorver a redução do tempo de trabalho. Segundo o texto, o coeficiente sobre o output, medido como valor adicionado em cada setor, manteve-se estável.

Outro dado relevante refere-se ao salário-hora e à produtividade. Com a manutenção do poder de compra mensal dos trabalhadores e a redução das horas, o valor recebido por hora trabalhada subiu. Os pesquisadores indicam que o valor adicionado por hora mostrou tendência positiva, sugerindo que a eficiência do trabalho pode ser otimizada em jornadas menores.

Debate necessário - Os autores resumem que, embora o emprego não tenha aumentado por meio da redistribuição de vagas — a chamada “partilha do trabalho” —, a economia absorveu o aumento do custo do trabalho por hora sem efeitos colaterais consideráveis. “É possível que a redução do tempo de trabalho tenha sido rapidamente absorvida”, concluem.

No cenário brasileiro, onde o Congresso Nacional discute propostas como o fim da escala 6x1 e a redução da jornada constitucional, o estudo do IZA serve como subsídio técnico fundamentado. Os dados refutam a tese de que a redução de jornada levaria automaticamente ao fechamento de vagas ou ao colapso da produção econômica.

O IZA@LISER Network é uma referência global em economia do trabalho, contando com uma rede de mais de 2 mil pesquisadores.

Fonte: Portal Vermelho



Governo Lula lança publicidade em defesa do fim da escala 6x1: 'Tempo é direito'

Em peça publicitária, Lula afirma que tempo de descanso é direito essencial, rebate temor de quebra da economia e sustenta que redução da jornada favorece saúde mental e evolução do País

O governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lançou uma nova peça publicitária para defender o fim da escala 6x1. Na produção, o Executivo diz que ter mais tempo para descanso é um direito do trabalhador e que outras conquistas trabalhistas não quebraram o País, apesar do temor do mercado financeiro.

“Limitar a jornada, garantir descanso semanal, férias, licença maternidade, foram conquistas que devolveram o tempo às pessoas. Contra cada uma delas disseram que o Brasil ia quebrar. Não quebrou e direitos foram garantidos. Tempo é direito”, afirma a peça publicitária.

Ela diz também que ter apenas um dia de folga não garante um descanso do trabalhador e que isso se torna um “privilégio” que gera injustiça.

“A luta aqui é por dignidade, por direito ao tempo, por saúde mental, por vida além do

trabalho”, diz um trecho. “Três de cada dez brasileiros com carteira assinada trabalham seis por um. Isso significa ter apenas um dia de descanso. Um único dia, que na prática não é descanso. É lavar roupa, limpar a casa, fazer compras, resolver problemas”, afirma a produção.

A peça também defende que a redução da jornada de trabalho vai acarretar uma melhora da produtividade por parte dos trabalhadores. “Trabalhadores descansados produzem mais, cometem menos erros, duram mais os empregos”.

Um país exausto não cresce. Um país que respira, evolui. Mais tempo significa mais saúde, mais estudo, mais vida. Fim da escala seis por um é tempo com a família”, diz.

O conteúdo foi compartilhado nos perfis do governo nas redes sociais. No Instagram, em 15 horas, obteve 3,6 mil curtidas e 600 compartilhamentos.

Fonte: Estadão Conteúdo

Salário médio do trabalhador amplia e chega a R\$ 3.722

O rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro alcançou R\$ 3.722 no primeiro trimestre de 2026. Esse valor representa acréscimo real – já descontada a inflação – de 5,5% em relação ao registrado no mesmo período de 2025. É o maior registrado em toda série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

O trimestre encerrado em março é o segundo consecutivo em que o salário médio supera a casa dos R\$ 3,7 mil. No período de três meses terminado em fevereiro, o rendimento foi de R\$ 3.702. Na comparação com o quarto trimestre de 2025, quando o valor era de R\$ 3.662, houve expansão de 1,6%.

Emprego formal cresce e alcança marca de 49 milhões de brasileiros

O Brasil criou, em março, 228.208 novos empregos com carteira assinada. Com isso, o país ultrapassou 49 milhões de vínculos formais ativos, alta de 2,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados fazem parte do Novo Caged e foram divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerando o resultado de março, o País acumula 613.373 novas vagas formais somente no primeiro trimestre do ano.

Já no recorte dos últimos 12 meses, entre abril de 2025 e março de 2026, foram criados mais de 1,2 milhão de empregos com carteira assinada.

Na comparação com março de 2025, quando foram geradas 79.994 vagas, o saldo de março deste ano confirma a expansão do mercado de trabalho formal.

Estados e setores - Ainda de acordo com os dados, 24 estados tiveram resultado positivo, com destaque para São Paulo (+67.876), Minas Gerais (+38.845) e Rio de Janeiro (+23.914).

Já Alagoas (-5.243), Mato Grosso (-1.716) e Sergipe (-338) ficaram com saldo negativo.

No recorte por setor econômico, o de serviços foi o maior gerador de postos no mês, com mais 152.391 vagas (+0,6%).

Na sequência está o segmento de construção registrou aumento de 38.316 postos formais.

O terceiro maior gerador foi a indústria, com saldo de 28.336 postos, seguido pelo comércio, com 27.267 empregos.

Gênero, idade e raça - Segundo o Caged, as mulheres obtiveram melhores resultados, ficando com 132.477 novas vagas, enquanto os homens ficaram com 95.731 postos.



Considerando a faixa etária, os jovens de até 24 anos respondem por 72,6% do saldo total no mês, o equivalente a 165.785 postos.

No recorte por raça, o balanço foi positivo para pardos (142.228), brancos (68.663), pretos (33.823) e amarelos (883).

Quanto ao nível de escolaridade, pessoas com ensino médio completo (183.037) lideraram a ocupação dos postos, seguidas por trabalhadores com nível superior (23.265).

Fonte: Portal Vermelho

Desemprego no 1º trimestre é de 6,1%, o menor no período

A taxa de desemprego no primeiro trimestre do ano ficou em 6,1%. O indicador fica acima do registrado no quarto trimestre de 2025 (5,1%), porém é a menor taxa de desocupação para um primeiro trimestre desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Nos três primeiros meses do ano passado, o desemprego tinha marcado 7%. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

Desde o trimestre encerrado em maio de 2025, a taxa de desemprego não ultrapassava 6%. No trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2026, a taxa de desocupação foi de 5,8%.



MTE aprova relatório final da II Conferência Nacional do Trabalho e consolida retomada do diálogo social

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aprovou, nesta terça-feira (5), o Relatório Final da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), consolidando um amplo processo de diálogo social tripartite que envolveu representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores em todas as etapas da Conferência. A aprovação ocorreu durante reunião da Comissão Organizadora Nacional, com a participação do ministro Luiz Marinho.

O documento, apresentado pela coordenadora da Área de Cooperação Sul-Sul e Parcerias Estratégicas da OIT no Brasil, Fernanda Barreto, sistematiza todo o processo de construção da II CNT, desde sua inserção na agenda pública até os resultados alcançados na etapa nacional, realizada em março de 2026. A metodologia adotada assegurou a participação equilibrada das três bancadas, garantindo escuta qualificada, negociação e deliberação conjunta sobre políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho.

Ao longo do processo de debates, com mais de 3 mil participantes mobilizados em todo o país, nas etapas estaduais, distrital e nacional, reafirmando o papel do tripartismo como base para a construção de políticas mais legítimas, eficazes e sustentáveis. O relatório evidencia a atuação articulada das bancadas, que contribuíram ativamente na formulação, sistematização e deliberação das propostas.

Como resultado, foram aprovadas 10 propostas com amplo consenso entre os delegados tripartites, todas com mais de 80% de votos favoráveis. As medidas priorizam o fortalecimento

da produção, organização e transparência das informações sobre o mundo do trabalho, além do aprimoramento da gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Entre os principais destaques estão a criação e ampliação de observatórios e sistemas de informação no âmbito do MTE, a implementação de portais para ampliar a transparência sobre normas trabalhistas e a aplicação de recursos do FAT e do FGTS, e a modernização do Sistema Nacional de Emprego (Sine), com foco na eficiência da intermediação de mão de obra e na inclusão no mercado de trabalho. Também integram o conjunto de propostas o fortalecimento institucional do Ministério, com medidas voltadas à reestruturação da carreira administrativa e ao aprimoramento da capacidade de planejamento e execução das políticas públicas.

Para o ministro Luiz Marinho, a II CNT representa um marco na reconstrução do diálogo social no país.

Fonte: MTE

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO